CENTELHA
INFORMATIVO DO SINDIJUDICIÁRIO – ES – 05/10/2012
Favor entregar o informativo ao Delegado Sindical para que ele dê ampla divulgação do mesmo

PROJETO DO PCS E ISONOMIA NÃO FOI VOTADO

O Projeto do Plano de Cargos e Salários com Isonomia e interstícios entrou em discussão e votação na última sessão do Tribunal Pleno, após reunião do Presidente Tribunal de Justiça com os Desembargadores, para ciência do referido projeto. Tendo em vista que o Desembargador Samuel Meira Brasil não participou da reunião por motivo de viagem, o mesmo solicitou que o projeto aguarde na mesa até a próxima sessão para que ele tenha conhecimento suficiente da matéria.

Em vista do ocorrido, o Presidente do Sindijudiciário, Carlos Thadeu Teixeira Duarte deverá agendar reuniões com o Desembargador para os devidos esclarecimentos. Vale ressaltar que a não aprovação do projeto nessa oportunidade não traz prejuízo pelo fato da Assembleia Legislativa estar há mais de um mês sem votar matérias de interesse da sociedade pela ocorrência das eleições. Logo, o Sindijudiciário deixa os trabalhadores de sobreaviso para que após a aprovação no Tribunal Pleno, compareçam em massa à Assembleia Legislativa e façam contatos com os representantes de suas bases, para agilizara aprovação da matéria na Casa de Leis.

JUROS DOS 11,98%

O Sindicato informa que as antecipações das parcelas dos meses de outubro e novembro independem da negociação do Tribunal de Justiça junto ao Governo do Estado para sua quitação. Informamos desde já que estas ocorrerão com deságio, que no momento oportuno serão esclarecidos.

13º DOS TRABALHADORES DA JUSTIÇA

O Tribunal de Contas notificou o Tribunal de Justiça do Estado para que o pagamento do 13º salário dos trabalhadores da Justiça seja efetuado no mês do seu aniversário conforme prevê a Lei 46. Nesta manhã, o Presidente do Sindijudiciário em audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça levou a preocupação de que os trabalhadores já haviam programado suas férias com base no recebimento do 13º, conforme ocorre anualmente, bem como muitos destes já comprometeram e negociaram com os bancos a antecipação desses valores para sanar dificuldades financeiras.

Sensível aos fatos, o Presidente do Tribunal de Justiça acolheu a sugestão de uma transição para que esta determinação ocorra apenas em 2014, ficando acordado que o TJ elaborará um projeto a ser votado no Pleno e encaminhado à Assembleia Legislativa para respaldar a solicitação. Informamos que o único órgão do Estado que continua a pagar o 13ºnas férias é o Tribunal de Justiça. Inclusive os trabalhadores aposentados, recebem pelo IPAJM no mês de seus aniversários em cumprimento à Lei.

CENTELHA
INFORMATIVO DO SINDIJUDICIÁRIO – ES – 05/10/2012
Favor entregar o informativo ao Delegado Sindical para que ele dê ampla divulgação do mesmo

PROTOLO AO CNJ

O Sindicato informa aos trabalhadores da Justiça que ontem protocolou junto ao CNJ, Federação Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça, a proposta de reestruturação do TJ com base na notificação do processo nº 000538973-2012 2.00.0000. O arquivo protocolado encontra-se no site do Sindicato (www.sindjud.org.br), na sessão "Downloads/ Plano de Cargos e Salários", com o nome Proposta do Sindijudiciário para Reestruturação, e está disponível para visualização em formato pdf.

"A UNIÃO É A NOSSA MAIOR ARMA"
A Diretoria